

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano Odeprev Brasil

Demonstrações do ativo líquido - Plano Odeprev Brasil

Demonstrações do plano de gestão administrativa

Demonstrações das provisões técnicas do Plano Odeprev Brasil

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
Odebrecht Previdência
Salvador-Ba

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Odebrecht Previdência (“ODP” e/ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábeis da Odebrecht Previdência - ODP em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 19 de maio de 2017. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 15 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA


Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA 17715/O-5

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Disponível		2.930	1.119	Exigível operacional		10.184	5.060
				Gestão Previdencial	7	2.332	2.671
				Gestão Administrativa	8	3.364	2.328
Realizável		3.047.729	2.745.893	Investimentos	9	4.488	61
Gestão Previdencial	4	20.632	25.902	Patrimônio social	10	3.040.593	2.742.108
Gestão Administrativa	5	412	113	Patrimônio de Cobertura do Plano			
Investimentos	6	3.026.685	2.719.878	Provisões Matemáticas		3.034.887	2.736.472
Fundos de Investimentos		3.014.537	2.711.611	Benefícios Concedidos		338.860	207.861
Empréstimos		12.104	8.223	Benefícios a Conceder		2.696.027	2.528.611
Outros Realizáveis		44	44	Fundos		5.706	5.636
Permanente		118	156	Fundos Administrativos		5.595	5.551
Imobilizado		118	156	Fundos dos Investimentos		111	85
Total do ativo		<u>3.050.777</u>	<u>2.747.168</u>	Total do passivo e do patrimônio social		<u>3.050.777</u>	<u>2.747.168</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.742.108	2.376.035	15
1. Adições			
(+) Contribuições Previdenciais	252.672	262.384	(4)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	297.309	352.214	(16)
(+) Receitas Administrativas	13.726	15.144	(9)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	741	773	(4)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	26	39	(33)
	564.474	630.554	(10)
2. Destinações			
(-) Benefícios	(251.566)	(251.659)	(0)
(-) Despesas Administrativas	(14.423)	(12.822)	12
	(265.989)	(264.481)	1
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	298.485	366.073	(18)
Acréscimo no patrimônio social			
(+/-) Provisões Matemáticas	298.415	362.939	(18)
(+/-) Fundos Administrativos	44	3.094	(99)
(+/-) Fundos dos Investimentos	26	40	(35)
	298.485	366.073	(18)
B) Patrimônio social no final do exercício (A+3)	3.040.593	2.742.108	11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido

(Plano Odeprev Brasil)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.736.472	2.373.533	15
1. Adições			
Contribuições	252.672	262.384	(4)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	297.309	352.214	(16)
	<u>549.981</u>	<u>614.598</u>	<u>(11)</u>
2. Destinações			
Benefícios	(251.566)	(251.659)	(0)
	<u>(251.566)</u>	<u>(251.659)</u>	<u>(0)</u>
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>298.415</u>	<u>362.939</u>	<u>(18)</u>
Provisões Matemáticas	298.415	362.939	(18)
	<u>298.415</u>	<u>362.939</u>	<u>(18)</u>
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u><u>3.034.887</u></u>	<u><u>2.736.472</u></u>	<u><u>11</u></u>
C) Fundos não Previdenciais	5.706	5.636	1
Fundos Administrativos	5.595	5.551	1
Fundos dos Investimentos	111	85	31

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Demonstrações do Ativo Líquido

(Plano Odeprev Brasil)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Varição - %
1. Ativos	3.047.372	2.744.800	11
Disponível	2.859	1.053	172
Recebível	26.226	31.453	(17)
Investimento	3.018.287	2.712.294	11
Fundos de Investimentos	3.006.142	2.704.030	11
Empréstimos	12.104	8.223	47
Outros Realizáveis	41	41	-
2. Obrigações	(6.779)	(2.692)	152
Operacional	(6.779)	(2.692)	152
3. Fundos não Previdenciais	(5.706)	(5.636)	1
Fundos Administrativos	(5.595)	(5.551)	1
Fundos dos Investimentos	(111)	(85)	31
4. Ativo Líquido (1-2-3)	3.034.887	2.736.472	11
Provisões Matemáticas	3.034.887	2.736.472	11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.551	2.455	126
1. Custeio da Gestão Administrativa	14.468	15.916	(9)
1.1 Receitas			
Custeio Administrativo dos Investimentos	13.726	12.634	9
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	741	773	(4)
Outras receitas	1	2.509	(100)
2. Despesas Administrativas	(14.424)	(12.820)	13
2.1 Administração Previdencial			
Pessoal e encargos	(4.400)	(3.507)	25
Treinamentos/congressos e seminários	(95)	(147)	(35)
Viagens e estadias	(81)	(2)	3.950
Serviços de terceiros	(1.443)	(1.448)	(0)
Despesas gerais	(1.186)	(1.195)	(1)
Depreciações e amortizações	(25)	(10)	150
Tributos	(339)	(391)	(13)
2.2 Administração dos Investimentos			
Pessoal e encargos	(4.370)	(3.390)	29
Treinamentos/congressos e seminários	(245)	(140)	75
Viagens e estadias	(81)	(1)	8.000
Serviços de terceiros	(922)	(1.389)	(34)
Despesas gerais	(871)	(838)	4
Depreciações e amortizações	(25)	(10)	150
Tributos	(340)	(350)	(3)
Outras despesas	(1)	(2)	(50)
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2)	44	3.096	(99)
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	44	3.096	(99)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	5.595	5.551	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Demonstrações das Provisões Técnicas (Plano Odeprev Brasil) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação - %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.041.777	2.739.249	11
1. Provisões Matemáticas	3.034.887	2.736.472	11
1.1 Benefícios Concedidos	338.860	207.861	63
Contribuição Definida	338.860	207.861	63
1.2 Benefício a Conceder	2.696.027	2.528.611	7
Contribuição Definida	2.696.027	2.528.611	7
Saldo de contas - parcela patrocinador	796.002	739.770	8
Saldo de contas - parcela participantes	1.900.025	1.788.841	6
2. Fundos	111	85	31
2.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	111	85	31
3. Exigível Operacional	6.779	2.692	152
3.1 Gestão Previdencial	2.332	2.671	(13)
3.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4.447	21	21.076

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Odebrecht Previdência (“Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de maio de 1995, de acordo com a autorização de funcionamento concedida pela Portaria nº 1.719 do Ministério da Previdência e Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 1994, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Odebrecht S/A, entidade jurídica de direito privado.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154/09. A PREVIC é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Previdência Social, sendo responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e pela execução das políticas para o regime de previdência complementar operado por estas entidades. Adicionalmente, a Entidade atende às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando disciplinada pela Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, e alterações.

A Odebrecht Previdência é uma Entidade singular, multipatrocinada, que aplica no país os seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade assegurar aos seus participantes (ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas) as prestações estabelecidas em seu plano de benefício, caracterizando-se como plano de Contribuição Definida - CD e denominado “Plano Odeprev Brasil”.

Constituem-se membros da Odebrecht Previdência, a Odebrecht S/A e demais empresas do Grupo Odebrecht e as Patrocinadoras do Plano Odeprev Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possui um total de 19.474 participantes (18.991 em 2016), sendo:

	Quantidade	
	2017	2016
Ativos	15.376	15.297
Desligados	3.215	2.909
Autopatrocinados	73	92
Outros	810	693
Total	19.474	18.991

Os recursos que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos das contribuições de suas patrocinadoras, dos participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução BACEN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

A Odebrecht Previdência, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, administra o seguinte plano de benefício previdenciário:

- a) Plano de Contribuição Definida: Plano de Contribuição Definida inscrito sob nº 1994.0040-29 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no qual o valor do benefício é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão. O plano foi aprovado em 26 de dezembro de 1994.

O Plano de Gestão Administrativa da Odebrecht Previdência foi constituído com base no Anexo C - Item 4 da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade por meio da ata nº 11122009, de 11 de dezembro de 2009.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG nº 26.

Além das características já descritas, a sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Consolidação das demonstrações contábeis

Por definição da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011 e da ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis denominadas de consolidadas estão representadas pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade e abrangem as demonstrações contábeis relativas aos seguintes planos: Plano de Benefícios "Plano Odeprev Brasil" e ao Plano de Gestão Administrativa "PGA da Odebrecht Previdência".

3. Principais práticas contábeis

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência, com exceção das contribuições referentes aos autos patrocinados, no Plano de Contribuição Definida, que são registradas pelo regime de caixa.

A Entidade observa as seguintes práticas contábeis:

3.1. Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e as revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com base no julgamento da Administração dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências, cujas probabilidades de desfecho (ganho ou perda) foram definidas pela Administração da Entidade com o auxílio dos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

3.2. Realizável - Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da Entidade relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

3.3. Realizável - Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa.

3.4. Realizável - Investimentos

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos - realizável, segundo as duas categorias a saber:

- a) Títulos para negociação: títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício;
- b) Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Odebrecht Previdência possuía em sua carteira apenas títulos para negociação, conforme nota explicativa nº 6.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

a) Renda fixa

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata" dia até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

Marcação a mercado e curva do papel - O Banco Central editou a Resolução nº 2.931/02, alterando as normas de precificação dos ativos aplicados em carteiras de fundos de investimentos. Paralelamente, a partir de 29 de maio de 2002, com base na Instrução Normativa nº 365, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os fundos contabilizam seus ativos pelo valor de mercado e não mais pelo valor de vencimento. Posteriormente, a CVM emitiu a Instrução Normativa nº 375/02, alterando os critérios de marcação a mercado para os fundos.

b) Renda variável

Representa quotas de fundos de investimentos de renda variável e estão registradas pelo valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

c) Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

d) Outros realizáveis

Registra os valores aplicados em outras modalidades de investimentos, não especificados nos itens anteriores.

3.5. Imposto de renda

De acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, que revogou a MP nº 2.222/2001, a tributação do IR incide sobre os valores pagos aos participantes a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, com alíquotas variáveis conforme período de acumulação de reservas, ou tabela progressiva do imposto de renda, de acordo com a opção efetuada pelo participante.

3.6. PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionadas pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

3.7. Permanente

O imobilizado representa os bens necessários ao funcionamento da Entidade e está demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas históricas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Softwares	20%

3.8. Exigível operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

3.9. Patrimônio social

a) Patrimônio de cobertura do plano

Provisões matemáticas

São determinadas com base nos montantes acumulados das contribuições das patrocinadoras e dos participantes, e representam os compromissos acumulados no encerramento do período, relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

As provisões matemáticas são constituídas exclusivamente para fazer face à concessão dos benefícios previstos no Plano Odeprev Brasil que está estruturado sob a forma de Contribuição Definida - CD, no qual as contribuições de cada participante são transformadas em quotas patrimoniais, sendo o valor da provisão matemática correspondente ao valor do patrimônio do fundo, excetuado o valor do fundo para o programa administrativo. A responsabilidade da Odebrecht Previdência na concessão de benefício está limitada ao saldo em quotas de cada participante nos fundos.

Benefícios concedidos

Correspondem ao saldo de fundos dos assistidos, ou seja, daqueles participantes em gozo de benefícios.

Benefícios a conceder

Correspondem ao saldo dos fundos existentes para futuro gozo dos benefícios, englobando parcela dos Patrocinadores e Participantes.

b) Fundos

Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

3.10. Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor cobrado pela Entidade para cobrir as despesas decorrentes da administração do plano. A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos.

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Odebrecht Previdência são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

3.11. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da Odebrecht Previdência são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo de acordo com o que determina o Regulamento deste plano. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos do plano.

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A receita administrativa é custeada pelo Plano Odeprev Brasil em conformidade com o plano de custeio vigente, através da cobrança da taxa de administração.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo a Odebrecht Previdência utiliza a alocação do resultado líquido entre receitas e despesas e a alocação dos recursos próprios provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa.

As despesas comuns à administração previdencial e dos investimentos são rateadas, sendo 50% para o grupo de Gestão Previdencial e 50% para os Investimentos.

4. Realizável - gestão previdencial

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuições normais do mês		
Patrocinadores	6.286	13.108
Participantes	14.216	12.702
Autopatrocinaados	67	29
	<u>20.569</u>	<u>25.839</u>
Outros realizáveis	63	63
	<u>63</u>	<u>63</u>
Total da gestão previdencial	<u>20.632</u>	<u>25.902</u>

5. Realizável - gestão administrativa

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamento de férias	55	37
Reembolso de terceiros	2	2
Despesas antecipadas	68	68
Depósitos judiciais (*1)	286	-
Tributos a compensar	1	1
Outros	-	5
Total da gestão administrativa	<u>412</u>	<u>113</u>

(*1) A Entidade impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer o direito líquido e certo de não se sujeitar à exigência do PIS e da COFINS sobre suas receitas. Por esse motivo, a partir de agosto de 2017, os valores relativos a esses tributos passaram a ser depositados judicialmente.

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

6. Realizável - investimentos

São compostos pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Plano de benefícios		
Fundos de Investimento Renda Fixa		
ITAU HEDGE PLUS MULT FICFI	-	15.284
ODP F3 ICP FI MULT CRED PRIV	175.063	157.249
ODP BNP PARIBAS FI RF	-	635.220
ODP SANTANDER FI RF	1.142.136	741.383
ODP F3 RETORNO ABSOLUT FICFI MULT CP	192.995	131.069
ODP SULAMERICA FI RF	1.173.288	679.941
ODP VALORA COMPASS FI MULT CRED PRIV	-	43.250
ODP WESTERN ASSE HI YI FI MULT CRED PRIV	26.432	-
	<u>2.709.914</u>	<u>2.403.396</u>
Fundos de Investimento Imobiliário		
VINCI FI RF IMOBILIARIO CRED PRIV	23.530	21.949
	<u>23.530</u>	<u>21.949</u>
Fundos de Investimento Multimercado		
ODP F3 ILP FI MULT CRED PRIV	77.012	70.479
	<u>77.012</u>	<u>70.479</u>
Fundos de Investimento Renda Variável		
ODP F3 FICFI MULT	140.716	143.762
	<u>140.716</u>	<u>143.762</u>
Fundos de Investimento Investimento no Exterior		
ODP F3 FIC FIM IE	28.424	-
	<u>28.424</u>	<u>-</u>
Fundos de Investimento Participações		
HAMILTON LANE FICFI PARTICIPACOES	5.584	4.531
FIP LACAN FLORESTAL	20.962	18.083
	<u>26.546</u>	<u>22.614</u>
Resgates a cotizar	-	41.828
Empréstimos a participantes	12.104	8.223
Outros realizáveis	40	40
Total do Plano de Benefícios	<u>3.018.286</u>	<u>2.712.293</u>
Plano de gestão administrativa		
Fundos de Investimentos Renda Fixa		
BRABESCO FI REF DI FEDERAL EXTRA	8.395	7.581
Outros realizáveis	4	4
Total do plano de gestão administrativa	<u>8.399</u>	<u>7.585</u>
Total de investimentos	<u><u>3.026.685</u></u>	<u><u>2.719.878</u></u>

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Administração e custódia dos investimentos

A carteira de investimentos da Odebrecht Previdência foi administrada por empresas do Grupo Itaú (Intrag, como Administradora de Fundos e Ativos e Itaú Custódia, como custodiante e controladoria de fundos e ativos mobiliários) contratualmente responsáveis pelos trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da Entidade até 27/06/2017, e a partir do dia 28/06/2017 foi celebrado um novo contrato de administração a qual os trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da Entidade passou a ser realizado pela BNY Mellon. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados - CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como títulos para negociação, sendo indeterminado o prazo para resgate dessas aplicações. Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos fundos de investimento exclusivos da Odebrecht Previdência:

Plano de Benefícios - Composição analítica dos Fundos de Renda Fixa

Títulos para negociação	Vencimento			2017	2016
	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Títulos públicos - LFT	199.756	1.251.926	6.193	1.457.875	1.127.623
Deposito a prazo/Letra Financeira	228.992	287.423	6.150	522.565	658.495
Operações compromissadas	352.447	-	-	352.447	331.978
Títulos públicos - LTN	-	104.454	-	104.454	74.073
Títulos públicos - NTN-B	-	-	-	-	66.804
Fundos	113.861	73.990	5.187	193.038	112.647
Cotas a resgatar	16.168	8.152	1.663	25.983	(32.490)
Operação a termo de ações	-	-	-	-	23.556
Debêntures	156	25.135	2.690	27.981	20.749
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	9.650
Certificado de Deposito Bancário	15.469	9.721	-	25.190	9.306
Títulos públicos - NTN-F	-	227	406	633	1.153
Futuros	1	43	2	46	(2)
Valores a receber	2	-	-	2	9.037
Valores a pagar	(380)	-	-	(380)	(9.218)
Saldo em tesouraria	80	-	-	80	35
Total	926.552	1.761.071	22.291	2.709.914	2.403.396

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Plano de Benefícios - Composição analítica dos Fundos de Renda Variável

Títulos para negociação	Vencimento			2017	2016
	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Ações (a)	51.289	-	-	51.289	123.097
Fundos	88.416	-	-	88.416	14.098
Operações compromissadas	22	-	-	22	8.834
LFT	1	6	-	7	5.061
NTN-B	-	-	-	-	2.810
Cotas a emitir	-	-	-	-	(6)
Cotas a resgatar	(12)	-	-	(12)	(9.493)
Debêntures	-	-	-	-	-
Opções de ações	-	-	-	-	-
Valores a receber	1.338	-	-	1.338	1.531
Valores a pagar	(394)	-	-	(394)	(2.283)
Saldo em tesouraria	50	-	-	50	113
Total	140.710	6	-	140.716	143.762

(a) Os dez papéis mais representativos, correspondentes a 62,1% da carteira de ações, são, em ordem decrescente: BOVA11 (22,97%), BBDC4 (6,44%), EQTL3 (4,99%), PETR4 (3,93%), BVMF3 (4,06%), BBAS3 (3,24%), LAME4 (2,30%), BRFS3 (3,17%), CSMG3 (2,54%) e UGPA3 (2,55%).

Plano de Benefícios - Composição analítica dos Fundos Multimercado

Títulos para negociação	Vencimento			2017	2016
	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Fundos	-	-	-	-	70.482
Títulos públicos NTN-B	-	-	56.076	56.076	-
Operações compromissadas	18.268	-	-	18.268	-
Valores a receber	-	-	-	-	32
Valores a pagar	(28)	-	-	(28)	(33)
Cotas a resgatar	2.696	-	-	2.696	-
Total	20.936	-	56.076	77.012	70.481

Plano de Benefícios - Composição analítica dos Fundos Imobiliários

Títulos para negociação	Vencimento			2017	2016
	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Debêntures	-	4.811	8.403	13.214	11.533
Certificado de Recebíveis Imobili	-	-	-	-	7.747
Títulos públicos - LFT	-	-	-	-	1.922
Operações compromissadas	-	-	-	-	793
Deposito a prazo/Letra Financeir	-	-	10.018	10.018	-
Fundos	539	-	-	539	-
Valores a pagar	(244)	-	-	(244)	(49)
Saldo em tesouraria	3	-	-	3	2
Total	298	4.811	18.421	23.530	21.949

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Plano de Benefícios - Composição analítica dos Fundos de Investimento no Exterior

Títulos para negociação	Vencimento			2017	2016
	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Fundos	28.432	-	-	28.432	-
Valores a pagar	(8)	-	-	(8)	-
Total	28.424	-	-	28.424	-

Plano de Benefícios - Composição analítica dos Fundos de Investimento em Participações

Títulos para negociação	2017	2016
	Total	Total
Cotas de fundos de investimento em Participações (HAMILTON LANE FICFI)	5.584	4.531
Participações em ações de companhias fechadas (FIP LACAN FLORESTAL)	20.962	18.083
Total	26.546	22.614
Resgates a cotizar	-	41.828
Total do Plano de Benefício	3.006.142	2.704.030

Em 31 de dezembro de 2017 o Plano Odeprev de Renda Mensal possui investimentos nos fundos FIP LACAN FLORESTAL no montante de R\$ 20.962 mil e HAMILTON LANE FICFI PARTICIPACOES no montante de R\$ 5.584 mil, totalizando o montante de R\$ 26.546 mil, que representam 0,85% do seu patrimônio líquido naquela data.

O FIP LACAN FLORESTAL foi constituído em 10 de agosto de 2011, sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração de 10 anos, a partir da data de início de suas atividades, 2 de abril de 2012. Em 31 de dezembro de 2017 possui investimentos na Uro Grandis Florestal S.A. e na Uro Phyllas Florestal S.A. nos montantes de R\$ 170.436 mil e R\$ 123.643 mil, respectivamente, que representam 104,60% do seu patrimônio líquido naquela data. Ambas as companhias têm por objeto social a realização, manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeira para venda à indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras nativas e de produtos e subprodutos florestais e a gestão das atividades administrativas e de vendas. O crescimento esperado das companhias tem base na expansão e amadurecimento dos projetos florestais existentes.

O HAMILTON LANE FICFI PARTICIPACOES foi constituído em 11 de junho de 2012, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 10 de junho de 2013. O Fundo possui prazo de duração de dez anos, contados a partir do primeiro fechamento. Em 31 de dezembro de 2017 o HAMILTON LANE FICFI PARTICIPACOES possui recursos aplicados em:

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Fundo de Investimento	Financeiro
VINCI II		9,4
CBO		12,3
DGF III		2,8
CINESYSTEM		6,0
TEKBOND		9,5
ACECO		6,6
NEO III		4,9
BOZANO EDUCACIONAL II		2,2
CABO/VIDEOMAR		10,9
GAVEA V		3,9
PATRIA V		1,4
STRATUS II		7,0
OPUS MEDICAL		9,7
Total		<u>86,7</u>

Plano de Gestão Administrativa - Renda Fixa

Títulos para negociação	Vencimento			2017	2016
	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Títulos públicos LFT	1.186	5.713	1.183	8.082	5.711
Operações compromissadas	314	-	-	314	1.871
Valores a receber	-	-	-	-	-
Valores a pagar	(1)	-	-	(1)	(1)
Total	<u>1.499</u>	<u>5.713</u>	<u>1.183</u>	<u>8.395</u>	<u>7.581</u>
Total do Plano de Gestão Administrativa				<u>8.395</u>	<u>7.581</u>

7. Exigível operacional - Gestão Previdencial

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Benefícios a pagar	21	293
Retenções a recolher	2.310	2.377
Outras exigibilidades	1	1
	<u>2.332</u>	<u>2.671</u>

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

8. Exigível operacional - Gestão Administrativa

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRRF, PIS, COFINS, CSL retidos a recolher	80	43
Remuneração de colaboradores e encargos	2.698	1.990
Provisão de PIS e COFINS (*1)	344	56
Provisão de TAFIC	80	80
Pessoa Jurídica	144	144
Outros	18	15
	<u>3.364</u>	<u>2.328</u>

(*1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a partir da competência agosto de 2017, a Entidade passou a depositar judicialmente o valor de PIS e COFINS sobre suas receitas, mantendo a provisão do saldo no passivo.

Os saldos apresentados estão relacionados com gratificação anual de colaboradores, provisão de férias, garantia de valores, valores devidos entre os planos, dentre outros.

9. Exigível operacional - Investimentos

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de benefícios		
Fundos de investimento	4.404	-
Empréstimos e financiamentos	34	13
Relacionado com o disponível	4	3
Outros	5	5
Total do Plano de Benefícios	<u>4.447</u>	<u>21</u>
Plano de gestão administrativa		
Fundos de investimento	8	7
Empréstimos e financiamentos	33	33
Total do plano de gestão administrativa	<u>41</u>	<u>40</u>
Total de exigível operacional investimentos	<u>4.488</u>	<u>61</u>

ODEBRECHT PREVIDÊNCIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

10. Patrimônio social

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 3.9. No plano de benefícios da Odebrecht Previdência não são utilizadas hipóteses de natureza atuarial, sendo estruturado em quotas patrimoniais individuais.

O Fundo Administrativo da Entidade é composto pelas seguintes receitas:

- Percentual sobre o patrimônio do plano, com reflexo no valor mensal da quota patrimonial e na reserva de cada participante e assistido;
- Contribuições específicas da patrocinadora - as quais não foram efetuadas nos exercícios de 2017 e de 2016.

O saldo do patrimônio de cobertura do plano e dos fundos é resumido, conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano Previdencial		
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	338.860	207.861
Benefícios a conceder	<u>2.696.027</u>	<u>2.528.611</u>
Total provisões matemáticas	3.034.887	2.736.472
Fundos		
Fundo de Investimentos	111	85
	<u>111</u>	<u>85</u>
Total do plano previdencial	<u>3.034.998</u>	<u>2.736.557</u>
Plano de gestão administrativa		
Fundos		
Fundos Administrativos	5.595	5.551
Total do plano de gestão administrativa	<u>5.595</u>	<u>5.551</u>
Total do patrimônio social	<u><u>3.040.593</u></u>	<u><u>2.742.108</u></u>

Os benefícios, tanto na fase de acumulação de recursos quanto na fase de pagamento do benefício aos participantes, são operacionalizados em quotas patrimoniais, no regime de Capitalização Financeira, na modalidade de Contribuição Definida, não exigindo a assunção de qualquer premissa ou hipótese atuarial.

O Fundo de Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas.

Rentabilidade

A rentabilidade líquida do plano de Contribuição Definida obtida ao longo de 2017, expressa pela variação do valor da cota da Entidade, foi de 11,06%.

11. Contingências

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ou não ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

A Odebrecht Previdência adota como critério o registro contábil apenas das contingências indicadas pelos seus assessores legais como de "provável" perda em relação a processos judiciais em curso. Atualmente não existem processos indicados como de provável perda, fato esse que levou a Entidade a não constituir qualquer provisão contábil.

As contingências atuais da Odebrecht Previdência contemplam litígios requerendo indenizações e pecúlios, todos classificados com possibilidades de perdas possíveis ou remotas pelos seus assessores legais e envolvendo montantes considerados, pela sua Administração, como de baixa representatividade.

Adicionalmente, vem tramitando, em esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, referente a suposto débito de Contribuição Social sobre Lucro Líquido, relativa aos exercícios sociais de 1997 a 2001, no montante aproximado de R\$ 2.239 para o qual a Entidade vem apresentando as defesas cabíveis e não espera perdas financeiras.

12. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Odebrecht Previdência encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.